

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS¹

ANDRIETTA, Daniela Botelho

STABILE, Camila Torivio

Alunas do 7º termo do curso de Pedagogia.

PELOZO, Rita de Cássia Borgueti

Professora da FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS – FAHU - GARÇA – SÃO
PAULO - BRASIL

RESUMO

Este artigo procurou abordar aceitação das crianças portadoras de necessidades especiais tanto na família, como na escola e na sociedade em geral. Mais do que criar condições para o portador de necessidades especiais, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, na postura diante dos alunos, na filosofia e na própria prática educacional. É papel dos pais, educadores e da própria sociedade se empenhar para que os portadores de necessidades especiais possam fazer parte da nossa realidade, sem que encontrem pela frente, obstáculos que o impeçam disso.

Palavras Chaves: Legislação Específica – Inclusão Escolar – Necessidades Especiais – Aceitação – Diversidade.

ABSTRACT

This article tried to approach the children's bearers of special needs acceptance so much in the family, as in the school and in the society in general. Plus than to create conditions for the bearer of special needs, the inclusion is a challenge that implicates to change the school as a whole, in the posture before the students, in the philosophy and in the own educational practice. It is the parents' paper, educators and of the own society to insist so that the bearers of special needs can be part of our reality, without they find for the front, obstacles that you/they impede him/it of that.

Key-words: Specific legislation - School Inclusion - Special Needs - Acceptance - Diversity.

Introdução

Escolas são construídas para promover a educação a todos. Todos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade, onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e onde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante, onde possam ampliar o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Temos em nosso país um total de 503570 alunos matriculados que são portadores de necessidades especiais, sendo elas: auditiva, visual, física e mental. Do total desses alunos 30% estão nas escolas regulares e 70% em escolas ou salas especiais.

Segundo a LDB esses 70% precisam se integrados na rede regular de ensino, e temos até 2010 para cumprir esta meta, ou seja, incluí-los.

Hoje o tema inclusão está presente no dia-a-dia da educação. Os professores estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como subsídio para montar ou completar o cenário escolar. O necessário não é somente admitir as matrículas desses meninos ou meninas, o que realmente vale é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa.

As escolas precisam ter uma conscientização para aceitarem essas crianças, com os olhos e corações voltados para a vida delas, os pais precisam acreditar no potencial delas, principalmente porque elas merecem estarem juntamente com crianças consideradas "normais", para que possam fazer parte da nossa sociedade e possam progredir.

I - A inclusão na Lei

A Declaração de Salamanca- UNESCO, 1994- consolida normas de proteção, para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. E em um dos seus artigos ela cita:

“Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência, os seguintes serviços”:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das possibilidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social.

II - formação profissional e qualificação para o trabalho.

III - escolarização em estabelecimentos de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social.”

Até agora, foram criadas várias Leis, Portarias, Resoluções e Decretos, que garantem o acesso de Pessoas Portadoras de Deficiências à escola.

As adaptações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN´s) defendem a adaptação curricular de modo a atender às necessidades individuais dos alunos, e reforçam a idéia da atenção à diversidade e respeito às diferenças. Fortalece também a idéia de que as Necessidades Especiais Educacionais ocorrem nas diversas situações de dificuldades de aprendizagem, como resultado de condições específicas socioculturais, como crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas.

II - Crianças com necessidades especiais e a Família

Os pais quando se deparam com o nascimento de um bebê com necessidades especiais, procuram aceitá-lo, mas de uma maneira geral não aceitam a sua deficiência. O reconhecimento de que seu filho é portador de alguma necessidade especial, ajuda-os de alguma forma a compreender as dificuldades que irão enfrentar no decorrer do crescimento de seu filho e adaptam-se ao ritmo de vida dessa criança.

Quando o pai compreende que seu filho necessita de cuidados especiais, torna-se para ele uma experiência traumática que pode acabar alterando seu estado funcional e emocional, e principalmente com sua vida individual.

Ao propor-se um atendimento a esses pais, é necessário que, não sejam considerados como “recipientes” passivos das informações e orientações sobre as dificuldades e necessidades de sua criança, torna-se necessário assim que sejam considerados como pessoas que devem ser auxiliadas e preparadas para enfrentarem a situação tornando-se participantes constantes e ativos do processo de desenvolvimento de seus filhos.

Miller (2002) ressalta que:

“Diante do nascimento de uma criança portadora de necessidades especiais, os pais sofrem um grande golpe em sua auto-estima, geralmente acompanhado do sentimento de culpa. Ao negar seus reais sentimentos de desgosto, frustração, etc.. Os pais impedem que se desencadeiem os processos de luto pela perda da criança perfeita idealizada e não conseguem resolver adequadamente esta perda”.(p.32)

Para Miller (2002), em alguns casos, seria interessante propiciar aos pais um momento e um espaço que possam, sem censura, expressar as suas íntimas emoções, como revolta, rejeição, desprezo, tristeza, raiva e principalmente culpa.

Os pais inconscientemente demonstram tristeza e colocam a culpa em alguém. Esse alguém lhe proporciona um certo alívio interno.

Todo o pai vê a paternidade com esperança de que a vida seja justa e que seus filhos sejam perfeitos, mas, que poderia estar próximo disso, deixando claro o direito do normal. Quando não acontece, é como se uma promessa não fosse cumprida ou uma confiança fosse traída.

Em muitas famílias é difícil falar sobre a criança com necessidades especiais e sobre o assunto, há barreiras que impedem. Os pais podem justificar essa falta de comunicação por acharem que seus filhos não entenderiam assunto, não usando às vezes, maneiras simplificadas de se dizer alguma coisa a uma criança, criando assim um espaço de dúvidas entre pais e filhos.

O importante seria que esses filhos com necessidades especiais tivessem um espaço em suas opiniões fossem ouvidas e suas dúvidas esclarecidas de forma honesta, direta e compreensiva; e ainda que seus pais tivessem disponibilidade de responderem suas dúvidas e anseios, sem ultrapassarem certos limites individuais.

Os pais, com muito amor e carinho, precisam usar devidas

estratégias para encontrar respostas a perguntas enrustidas de seus familiares mais íntimos, em se tratando de curiosidade e interferência educacionais mais próximas.

Miller (2002) destaca aos pais:

“Vocês possuem novas ferramentas para a busca, desenvolvendo novas habilidades para buscar. Não gaste tempo esperando retorno de telefonemas ou aguardando em um consultório médico. Você é mais firme e experiente e os profissionais com os quais você lida reconhecem isso”. (p. 22)

Neste trecho a autora encoraja os pais a lutarem ainda mais pela aceitação de seus filhos na sociedade, avançando com um senso de vitalidade e propósito, procurando tornar suas vidas e de seus filhos a mais estável possível.

Em uma conversa informal com uma mãe cujo seu filho de apenas um ano, têm síndrome de dow, pude constatar que ele é mais do que especial para os pais, e que o amor e o carinho para com ele é muito grande. No começo foi um pouco difícil de aceitar essa situação, mas com o tempo esses pais perceberam que isso não é um empecilho, pelo contrário, a luta diária, os carinhos ficam ainda maiores, e o amor que estes filhos têm para dar é imenso.

III - A inclusão e um pouco de sua história

Vimos falando até aqui sobre crianças com necessidades especiais, seus familiares e seus direitos. Hoje o cenário educacional e social do país vem conhecendo, cada dia mais um movimento conhecido como “inclusão da pessoa de necessidades especiais”. É na escola que esse movimento tem ganhado mais força e gerado muita polêmica.

Toda escola deveria estar preparada, tanto em termos físicos (mobiliários, espaço físico, etc.) quanto em termos pedagógicos, para atender todo o tipo de aluno, respeitando suas diferenças e educando de acordo com suas necessidades. É a garantia do princípio democrático de escola para todos.

O discurso da educação para todos ficou conhecido a partir de 1990, com a participação do Brasil na Conferência Mundial sobre

educação para todos na cidade de Jomtien, na Tailândia. A partir daí os progressos decorreram devido ao aumento do índice de matrículas no Ensino Fundamental.

Com a Constituição Federal de 1998 (Cf/88) muita compromissos foram firmados, porém ainda precisam ser conquistados, como: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho e promoção humanística.

Essa luta pela universalização do acesso à escola é garantida em forma de lei, assegura a CF88 que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.(Art.205)

A Lei fala que o direito á educação é dever do Estado e da família. SE juntos os dois assumirem seus deveres, a educação está garantida.Porém, a realidade nos mostra que tanto um como o outro muitas vezes violam esse direito.

É dever de toda a instituição de ensino aceitar os portadores de necessidades especiais, respondendo por crime àquelas que recusarem, sem justa causa, a permanência deles nas escolas. A pena corresponde a quatro anos de prisão, além de multa.

No início as crianças com necessidades especiais eram tratadas como doentes, numa instituição especializada, longe da família e da sociedade. Os cuidados eram de responsabilidade das instituições de caráter religioso e filantrópico.

Aos poucos surgem algumas escolas especiais e centros de reabilitação, com uma visão de que os portadores de necessidades especiais poderiam ser produtivos, se fossem bem treinados.

No Brasil, o início do atendimento aos portadores de necessidades especiais, foi marcado oficialmente em 12/10/1854, quando D. Pedro II, fundar o imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro.

Em 1942 havia no Brasil 49 escolas públicas regulares que prestavam atendimento aos deficientes mentais e 14 aos demais portadores de necessidades especiais.

Surgem as ONGS (Organizações Não Governamentais) como a

Sociedade Pestalozzi; a AACD (Associação de Assistência a Criança Defeituosa); a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e a assistência aos portadores de necessidades especiais foi saindo do âmbito da saúde, para o âmbito da educação.

Com isso, era preciso uma política Educacional Especial, e nos anos 70 o MEC assume a responsabilidade de pensar sobre a clientela da Educação Especial.

O Brasil vem nos últimos anos, tendo grandes progressos no atendimento do conceito inclusão. Esse processo não tem sido fácil ou homogêneo de se registrar, devido à imensidão do nosso país.

Através do MEC e das Secretarias Estaduais, o governo do Brasil vem fazendo mudanças de currículos e “praticamente” impondo para que os professores possam repensar suas funções de educadores, pra que aceitem em suas salas de aulas, alunos portadores de necessidades especiais. Isso ainda é algo de muito empenho.

O Censo Escolar/2002 revela no item da “Evolução da Matrícula Inicial na Educação Especial”, que no Brasil, houve 338.081 matrículas em escolas exclusivamente especializadas ou classes especiais, sendo 203.367 em estabelecimentos privados e/ou instituições especializadas, 76.762 em classes da rede estadual (classes especiais), 57.164 nas classes da rede municipal e 788 estão vinculados à esfera federal.

IV - A escola e os professores estão preparados para receber alunos portadores de necessidades especiais?

A escola hoje de ensino fundamental tem o desafio de incluir em seu meio os alunos portadores de necessidades especiais. Para isso é preciso repensar o modo de funcionamento institucional que hoje é pautado na lógica da exclusão, mudar os hábitos, as propostas pedagógicas e isso não é nada fácil.

Antes as crianças “especiais” erram de responsabilidade da família e de algumas instituições públicas. Agora cabe à escola receber essas crianças e se dedicarem a esta causa.

Incluir as crianças portadoras de necessidades especiais na escola de ensino regular, não é fácil, porém traz muitos benefícios a essas crianças, aos alunos, aos professores e a sociedade em geral, que aprendem muito, pois essas crianças também têm muito a ensinar e a beneficiar a vida daqueles com quem elas convivem.

Na Declaração de Salamanca. UNESCO, 1994 tem um trecho que nos mostra isso:

“Educando alunos juntos, os portadores de necessidades especiais têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram as suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os conseqüentes resultados de melhoria da paz social”. (Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994)

As crianças que apresentam necessidades especiais, quando convivem com outras crianças têm a oportunidade de se inserir no universo social, e favorecer o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem.

Quanto aos professores eles têm se mostrado resistentes às inovações educacionais, como a inclusão. Eles consideram que a escola para todos é válida, porém a sua concretização é impossível, devido ao número elevado de alunos por sala e a falta de recursos para esse atendimento.

Os professores estão à espera para poderem aprender uma prática inclusiva, pois ao contrário do que é passado na mídia, os professores não estão preparados para receberem essas crianças. O medo do “novo” é grande, há um grande receio de esses profissionais não conseguirem “dar conta do recado”.

Em entrevista com alguns professores, pudemos perceber que o preconceito ainda é grande, porém aos poucos estes professores estão se interagindo do assunto e permitindo que isso faça parte de seu dia-a-dia, pois hoje há um número expressivo de alunos inclusivos nas escolas, e os professores estão tendo que se habituarem com isso.

O importante antes do preconceito é tentar adaptar o aluno ao meio escolar, sem que haja constrangimento para esses alunos, para os professores e para o próprio indivíduo.

Para finalizar este assunto, segue aqui mais um trecho da



Declaração de Salamanca, UNESCO, 1994, que nos faz pensar com muito carinho no tema Inclusão.

“O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizações, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades”.(p.12)

Conclusão

Todo o respaldo legal sobre a questão da inclusão seria mais do suficiente para garantir efetivamente a sua concretização. No entanto o que podemos notar, é que o preconceito ainda é grande e que os alunos com necessidades especiais apenas habitam um novo local, não sendo reconhecidos como alunos capazes de transformarem a vida de muitas pessoas.

O desinteresse e pouca divulgação do assunto faz com que a população em geral e mesmo os docentes, não integrem essas crianças portadoras de necessidades especiais como parte da sua vida e da realidade que nos cerca. Só quem conhece e convive é sabe realmente do que essas crianças são capazes, e o tanto que elas têm para nos oferecer. Os problemas que elas tem não são nada, perto do carinho e do amor que a elas tem para dar.

A grande vantagem da Educação Inclusiva é a riqueza da diversidade, e esse é um ponto a ser conquistado, pois com a diversidade, o grupo, se for bem conduzido ganha novos valores, mas infelizmente não sabemos lidar e conviver com essas diferenças.

Para que tenhamos pessoas com valores e direitos iguais, é preciso remodelar nossas escolas, para proporcionar aos alunos com necessidades especiais as oportunidades e habilidades para participarem da nova sociedade que está surgindo. Para essa educação ser bem sucedida é preciso empenho e muita vontade dos professores, pais e até dos próprios alunos para conseguirem fazer esta mudança.

O importante é não ter medo do novo, e sim abraçar essa causa com carinho e se empenhar cada vez mais para que essas

crianças “especiais” tenham a oportunidade de fazerem da nossa sociedade e da nossa realidade. Pois as diferenças existem, e “ser diferente é normal”.

Bibliografia

MILLER, Nancy B. *Ninguém é perfeito*. Campinas: Papyrus, 2002.

UNESCO/ MINISTÈRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais; acesso e qualidade*. Brasília: Corde, 1994.

ALMEIDA, Mariana S. Rodrigues. *Manual Informativo aos Pais sobre o paradigma da inclusão e dúvidas sobre Educação Especial* 09, de fev., 2002. Disponível no site da educação: www.educaonline.com.br.

Nota

¹ Artigo elaborado como requisito para conclusão da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Administração Escolar no Ensino Fundamental e Médio, sob orientação da Professora Rita de Cássia Borguetti Pelozo.